

Avaliação do ensino médio

Tendências e desafios

ANTONIO IBAÑEZ RUIZ*

RESUMO: O artigo analisa as matrículas da educação superior como introdução a uma análise da política de ensino médio e de educação profissional de nível técnico. A política de educação profissional de nível técnico mostra que o governo foca prioritariamente os cursos de qualificação profissional de curta duração.

Palavras-chave: Ensino médio. Educação profissional. Ensino médio integrado. Valorização dos professores. Avaliação.

Introdução

Aproveitando a importância do momento por conta da sanção da Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e torna obrigatória a educação dos quatro aos 17 anos, este trabalho pretende contribuir com uma avaliação da última etapa da educação básica, tendo como objetivo propor a introdução de algumas mudanças, até a implementação da lei em 2016.

O tema avaliação é muito amplo e “pode ser abordado sob diversas vertentes, abarcando a análise de políticas educacionais, tal como formuladas pelo Governo Federal e por governos estaduais, até iniciativas de implementação em redes de ensino ou escolas e seus resultados e impactos.” (SOUSA, 2010). Neste trabalho, optamos por fazer uma avaliação da política pública federal de ensino médio, mediante a análise de alguns dados de matrícula recentemente divulgados.

* Doutor em Engenharia Mecânica. Foi Reitor da UnB (1989-1993), secretário de Estado da Educação do DF (1995-1998) e secretário Nacional de Educação Profissional e Tecnológica (2003-2005). Atualmente é conselheiro da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE/CEB). Brasília/DF – Brasil. *E-mail:* <antonio.ruiz@mec.gov.br>.

A matrícula na ES

Os dados de matrícula na educação superior revelam informações importantes relativas ao ensino médio.

De acordo com a Sinopse da Educação Superior, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), todas as vagas oferecidas pelas instituições de ensino superior (públicas e privadas), as matrículas e o número de candidatos em 2011 estão na Tabela 1.

Tabela 1 – Dados da educação superior de 2011

Vagas oferecidas	4.453.431
Número de matrículas	2.346.695
Número de candidatos	9.963.763

Fonte: Inep (2011).

Na Tabela 1, observa-se que pouco mais de dois milhões de vagas não foram preenchidas. Supondo uma ausência de 20% no número de candidatos no dia da seleção, haveria quase oito milhões de candidatos, o que significa que, teoricamente, haveria dois candidatos por vaga. Esses dados mostram que, de forma geral, a competição entre candidatos é muito pequena. No entanto, como a concorrência por vagas nas instituições federais é muito grande, pode-se concluir que o número de candidatos por vaga nas outras instituições, especialmente nas privadas, é pequeno. Apesar da pequena competição, são quase cinco milhões e meio de candidatos reprovados. Um número muito elevado de reprovações e níveis muito baixos de rendimento, pois, se esses candidatos tivessem a nota mínima, passariam na seleção, já que a concorrência foi muito baixa. A causa só pode ser a baixa qualificação apresentada pelos alunos que saem do ensino médio. Assim, iniciaremos a apresentação das tendências e desafios para o ensino médio propedêutico.

Ensino médio propedêutico

Serão analisadas as principais causas para essa baixa qualidade e apresentadas algumas propostas.

a) Valorização dos professores

Ao fazer uma analogia do comportamento dos docentes da educação básica com os das universidades públicas federais, percebe-se que sua insatisfação resume-se à defasagem

de salários com outras categorias e eventuais condições de trabalho, pontuais, mas não generalizadas. A insatisfação não chega ao ponto de renegar a universidade, procurando alternativas para sair dela.

Essa insatisfação “contida” deve-se à percepção que o docente possui de sua trajetória na universidade, pois sabe que pertence a uma carreira que valoriza seu trabalho de pesquisa (não entraremos na análise desse tipo de valorização do trabalho universitário, pois não faz parte do tema deste artigo), sua titulação, sua participação em congressos, suas publicações, entre outras coisas, e que tudo isso contribui para ele progredir na carreira.

O professor da educação básica tem que ser valorizado da mesma forma: ele pode fazer pesquisa, na sua própria área de conhecimento ou utilizando suas aulas e seus alunos como material de pesquisa. Para isso acontecer, ele pode fazer parte de um grupo de pesquisa de alguma universidade ou pode criar um grupo de pesquisa na sua própria escola ou de forma interescolar. No entanto, é preciso pensar numa política de pesquisa e desenvolvimento para esses professores.

As associações científicas fazem um pouco desse trabalho, mas em geral são professores universitários que as conduzem. Nada contra, mas é preciso que os professores da educação básica se assumam como sujeitos de seu próprio trabalho de pesquisa. A razão é que os objetivos da pesquisa para os dois grupos de professores são diferentes. Para os docentes das universidades, o objetivo da pesquisa é adquirir conhecimento para atingir a fronteira do conhecimento, quando, a partir desse momento, o pesquisador está apto a continuar sozinho e formar sua equipe ou grupo de pesquisa. Para os docentes da educação básica, o objetivo da pesquisa é melhorar em sala de aula o binômio ensino-aprendizagem.

No entanto, não há regras para o aperfeiçoamento ou educação continuada na educação básica, como há para fazer o mestrado ou doutorado. É necessária a criação de normas que, associadas a uma carreira de docente, permitam a progressão dele ao longo de sua vida profissional.

b) A avaliação

Uma avaliação do ensino médio precisa verificar se a formação geral dada ao estudante o preparou para as três dimensões consideradas pela LDB: continuação dos estudos (graduação e pós-graduação), preparação para o mundo do trabalho (qualificação e formação inicial técnica) e formação para assumir sua cidadania.

Hoje, a avaliação que o Sistema de Avaliação da Educação Básica faz é limitada, porque não tem um caráter universal e é aplicada apenas para as disciplinas de matemática e português, portanto satisfaz parcialmente uma das dimensões da LDB.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) também não deve ser utilizado como avaliação, pois não há uma prova universal no ensino médio como existe na educação fundamental.

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) não serve como avaliação do ensino médio, uma vez que só trabalha com uma das dimensões da LDB, a da continuação dos estudos, pois se tornou seleção de estudantes para instituições de educação superior, uma espécie de “vestibular unificado”, com características melhoradas dos antigos vestibulares.

Dessa forma, falta uma avaliação do ensino médio que possa informar à sociedade a respeito de como a juventude está sendo preparada, nas escolas públicas e privadas, por essa etapa de ensino para atender às três dimensões da LDB.

A dimensão conferida ao Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), como uma das etapas de avaliação das instituições de educação superior, é a melhor forma de contribuir para uma avaliação mais completa. Deveria ser aplicada uma forma semelhante para as escolas de ensino médio e fundamental. O que é importante na avaliação das escolas é o valor que ela agrega ao conhecimento do aluno. Além disso, é necessário incluir nessas avaliações o contexto sociocultural do entorno da escola e da família do estudante. Hoje, em muitas escolas públicas, os professores se dedicam de forma integral e intensamente a melhorar o desempenho dos alunos devido às enormes carências que carregam para a escola. Assim, a escola não tem mais como melhorar e esse esforço acaba passando despercebido nas avaliações.

c) O currículo

O Conselho Nacional de Educação (CNE) e a Câmara de Educação Básica (CEB), autores das diretrizes nacionais do ensino médio e de várias outras diretrizes, já perceberam que, infelizmente, elas não chegaram às salas de aula, provavelmente, porque os professores não tiveram oportunidade de discuti-las com especialistas para poder consolidar o conhecimento embutido nelas. Faltou iniciativa aos dirigentes dos executivos estaduais e federal para trabalhar as diretrizes em cursos de educação continuada, na forma presencial ou a distância, com o objetivo de que chegassem à sala de aula, modificando o binômio ensino-aprendizagem. Já há uma iniciativa da CNE/CEB para a realização de um seminário internacional, para começar a discussão em relação ao que deve ser elaborado para que os professores possam melhorar a relação conhecimento, ensino e aprendizado na sala de aula.

Nessa discussão, que está sendo retomada, é necessária a inclusão de conteúdos de cunho tecnológico que permitam preparar os estudantes para uma integração com a educação profissional.

Nos cursos de formação continuada para os professores, há a necessidade de mostrar, na prática, como funciona a interdisciplinaridade e como, mediante novas metodologias, podem ser integradas as disciplinas.

Hoje, o currículo é ditado pelas avaliações do Inep, o que faz com que escolas e professores passem a dedicar boa parte do tempo a preparar os jovens para esses testes avaliativos, em prejuízo dos componentes curriculares ausentes nos testes.

d) Ensino médio noturno

Chamou sempre a atenção de quem tem um olhar para o ensino noturno que, no início do ano letivo, as salas de aula frequentadas por alunos do ensino médio ficam lotadas. Porém, poucos meses depois, o abandono dos alunos as esvazia. Esse fenômeno se repete ano a ano. As estatísticas estão aí para confirmá-lo.

Dados recebidos do Inep, referentes a 2011, permitem calcular que a evasão no ensino médio noturno foi perto de 18%, quase o triplo do que apresenta a evasão do diurno. A aprovação do noturno atinge 64%, enquanto a aprovação no diurno fica em 80%. Fica patente por esses números que a qualidade do noturno é muito inferior ao do diurno. Hoje, a participação desse turno na matrícula do ensino médio atinge um terço delas. Essa participação era de 50% em 2003, havendo uma queda contínua, ano a ano.

No caso da primeira série do ensino médio noturno, cálculos realizados com os dados enviados pelo Inep, referentes a 2011, mostram que, entre os aprovados nessa série, 63,9% estão em idade entre 15 e 17 anos, 17,3% estão entre 18 e 19 anos, 1,2% está com menos de 15 anos, e 17,8% estão acima de 19 anos.

Em números absolutos, em 2011, foram aprovados na primeira série do ensino médio noturno 466.170 alunos (53,3%), 177.883 foram reprovados (20,3%) e 230.485 (26,4%) abandonaram os estudos naquela série.

Esses números permitem fazer algumas considerações. Quase 65% dos alunos aprovados na primeira série do ensino médio noturno têm menos de 17 anos. Ou seja, quase dois terços dos alunos aprovados estão cursando essa série na idade certa ou, no máximo, com dois anos de atraso. Um terço dos aprovados tem, no mínimo, quatro anos de atraso em relação à idade certa.

Um grave problema enfrentado pelos alunos que abandonam o ensino médio é que eles não possuem documento algum que lhes permita comprovar o conhecimento e a experiência que têm para enfrentar o mundo do trabalho.

Combinando os dados analisados com a dificuldade dos jovens ao abandonar a escola antes da conclusão do ensino médio sem um certificado, pode-se pensar na alternativa apresentada a seguir. Se quase dois terços dos alunos do noturno, na primeira série, aprovam e estão com no máximo dois anos de atraso, esse grupo de jovens pode ser mantido na mesma situação. Isto é, alunos com no mínimo 15 anos e no máximo com 17 podem se matricular na primeira série do ensino noturno regular.

É possível pensar que alguns desses alunos estejam matriculados no noturno por conta da falta de vagas no ensino médio diurno. Aí, todos os dirigentes estaduais da educação têm que se preparar para garantir vagas a todos os estudantes do ensino médio, com no máximo dois anos de defasagem, principalmente após a entrada em vigor, em 2016, das mudanças na LDB.

Além de garantir vagas para os alunos que desejem se matricular no diurno, com no máximo dois anos de defasagem, podem ser oferecidas bolsas de estudo àqueles que

queiram se transferir do noturno para o diurno, com a garantia de que eles terão dedicação exclusiva aos estudos. Para continuar no diurno, esses alunos bolsistas terão que ser aprovados no final do ano, caso contrário, terão que voltar para o noturno, sem a bolsa.

Os alunos matriculados no noturno com mais de dois anos de atraso em relação à idade certa terão que se matricular no ensino médio de Educação de Jovens e Adultos (Eja) integrado à educação profissional. A duração do ensino médio nessa modalidade é de dois anos ou quatro semestres. Cada semestre pode ser considerado como um itinerário do curso profissional escolhido, dando direito ao aluno de obter um certificado semestral, dependendo de seu aproveitamento no semestre. Esse certificado pode ajudá-lo a, em caso de necessidade de abandono e por qualquer circunstância, enfrentar o mundo do trabalho, bem como na sua volta, caso ele decida voltar a se matricular novamente. O certificado pode ser considerado, também, um incentivo à permanência do aluno no curso.

Diversos estudos ao longo dos últimos anos analisam as variadas experiências e práticas (SOUSA; OLIVEIRA; LOPES, 2006), bem como o perfil dos alunos, nas escolas de ensino médio, com o objetivo de melhorar a qualidade da oferta noturna. No entanto, continuamos com diferenças enormes. É necessária uma política que altere radicalmente a situação descrita para o ensino médio noturno. Há alternativas.

Matrícula na educação profissional

A Tabela 2 mostra dados divulgados em maio de 2013, pelo ministro Mercadante, em audiência pública no Senado, referentes às matrículas para 2011/12 em cursos técnicos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (Pronatec). A razão para tratar aqui de dados da educação profissional é o reconhecimento da importância que ela assumiu, a partir da grande demanda vinda do setor empresarial e da falta de profissionais técnicos de nível médio no mundo do trabalho, num momento em que o Brasil precisa desenvolver sua produção em taxas elevadas para continuar combatendo as desigualdades sociais e regionais.

Tabela 2 – Dados do Pronatec 2011 e 2012

Cursos Técnicos	2011	2012
Bolsa Formação Estudante	9.415	99.149
Brasil Profissionalizado	33.295	90.563
E-TEC Brasil	74.000	150.000
Acordo de Gratuidade Sistema S	56.416	76.119
Rede Federal de EPCT	72.000	79.560

Cursos Técnicos	2011	2012
Subtotal 1	245.126	495.391
Cursos Formação Inicial e Continuada	226.421	590.937
Acordo Gratuidade Sistema S	421.723	570.020
Subtotal 2	648.144	1.160.957
TOTAL	893.270	1.656.348

Fonte: Apresentação do ministro Mercadante na audiência pública no Senado Federal, em 14 de maio de 2013.

Análise dos dados

O número de matrículas apresentado pelo ministro para os cursos técnicos de nível médio (245.126 em 2011 e 495.391 em 2012), conforme a Tabela 2, é baixo em relação ao número total, embora tenham havido aumentos muito significativos entre 2011 e 2012. No entanto, se comparados com o número potencial de candidatos para esses cursos (cinco milhões e meio reprovados pelas instituições de educação superior), significa que os jovens optam pela educação superior, deixando marginalmente os cursos técnicos. Já, os cursos de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional têm uma procura bem maior.

Os cursos técnicos de qualificação profissional são muito variados, pois atendem a um universo muito grande de demandas: desde os que procuram uma saída, para aqueles que estão incluídos no programa Bolsa Família, até aqueles que, já empregados, precisam de um aperfeiçoamento para melhorar as condições de trabalho ou de emprego.

A seguir são apresentadas as tendências e desafios que devem ser enfrentados na política de educação profissional.

a) Cursos de qualificação profissional

São cursos de 200 horas que podem fazer a diferença, pois permitem que os estudantes tenham acesso a um posto de trabalho para o qual a qualificação necessária seja mínima. No entanto, esses cursos não conseguirão evitar a necessidade de novas qualificações para ter a possibilidade de se manter no mundo do trabalho. Uma integração do estudante com a escola formal para um aumento da escolaridade é o mais recomendado nesses casos.

A existência de cursos de aperfeiçoamento de 200 horas é também importante para quem já está inserido no mercado de trabalho e pode se aprimorar em novas tecnologias ou novos conhecimentos.

No início do governo Lula, o Ministério do Trabalho introduziu novas formas de oferta e estrutura dos cursos (LIMA, 2007), em relação às que existiam até então e que tinham

resultado em péssimas experiências de gestão. Posteriormente, já no governo Dilma, esses cursos de qualificação foram transferidos para o MEC, dando origem ao atual Pronatec.

Os cursos de curta duração foram muito incentivados pelo governo, na época em que o Brasil começou a implementar as políticas neoliberais de abertura ao exterior e as de adequação às novas tecnologias de comunicação. Essas políticas produziram grande desemprego industrial devido à reestruturação atabalhoada do parque produtivo brasileiro. Na época, o governo falava que o desemprego era consequência da falta de conhecimento dos trabalhadores e a fórmula para a empregabilidade era a participação nesses cursos de curta duração.

Na grande maioria dos casos, não parece que tenham surtido efeito porque o desemprego não diminuía e, ao contrário, aumentava. O desemprego que existia era produzido pelas políticas de austeridade que levaram o país à maior crise financeira dos últimos 30 anos. Hoje, a situação mudou. O Brasil exibe um desemprego entre 5 e 6%, o que o torna quase um país de pleno emprego.

Assim, mesmo reconhecendo a importância desses cursos, eles não podem ser o foco de uma política de formação profissional técnica de nível médio, como está acontecendo com o Pronatec (GRABOWSKI apud CARDOSO, 2013), que não é uma política apropriada.

A política de hoje tem que ser para incentivar os jovens a concluir um ensino médio de qualidade e que os prepare com uma formação geral para permitir a continuidade dos estudos, a enfrentar o mundo do trabalho e a ter uma formação cidadã para um futuro melhor, deles e de toda a sociedade brasileira.

Será necessária uma política que integre a educação superior e a educação básica, aqui incluída a educação profissional e a educação de jovens e adultos. O jovem precisa ter clareza, numa visão de médio e longo prazo, as alternativas de percurso para a sua formação e os resultados que ele pode alcançar de acordo com suas escolhas.

No entanto, é inconcebível que o governo incentive os jovens, mediante diversos instrumentos, como bolsas de estudo e crédito do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), a frequentarem cursos de educação superior de qualidade questionável e, portanto, com pouca perspectiva de desenvolvimento profissional futuro e salários pouco competitivos, ao invés de incentivar e promover um ensino médio de qualidade que propicie ao aluno condições, caso ele precise, de ingressar no mundo do trabalho com os conhecimentos adquiridos nesse ensino médio. Ainda, com a possibilidade de, posteriormente, frequentar um curso de educação superior.

Será que é necessário descobrir a roda ou será que temos elementos suficientes para traçar uma política que motive os jovens para as profissões técnicas? Felizmente, ao longo dos últimos anos, foram construídos elementos que permitem ter uma política de ensino médio em que a educação profissional tem um papel importante para os jovens e para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil.

b) Ensino médio integrado e educação profissional

O número das matrículas que constam da Tabela 2, para todas as possíveis formas de obtenção do diploma de técnico de nível médio, é inexpressivo para a necessidade do País. A forma dúbia de o governo encarar essa diplomação é, provavelmente, uma das causas desses números. Foi o Decreto nº 5.154, de 2004, fruto de consulta feita à sociedade, que permitiu incluir na educação profissional a alternativa de integração entre ela e o ensino médio (RUIZ, 2010). No entanto, pouco antes de sua publicação, o governo retirava o ensino médio da antiga Secretaria de Ensino Médio e Tecnológico (Semtec), passando a se chamar de Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec). O ensino médio foi para a nova secretaria criada: a Secretaria de Educação Básica (Seb). A mudança tem sua lógica, mas desacreditou a nova alternativa criada para a educação profissional. A tentativa para manter um trabalho conjunto das duas secretarias, Setec e Seb, reforçando o ensino médio integrado, se deu durante algum tempo, mas, sem recursos disponíveis, essa tentativa foi muito breve (GAUDÊNCIO, 2005).

O ensino médio integrado foi uma tentativa de sair da dualidade ensino médio e educação profissional, mas principalmente era uma novidade para a construção de um novo currículo que integrasse o conhecimento científico e o tecnológico, visando a preparar os técnicos para as novas tecnologias e processos que, àquela altura, já despontavam como necessárias para dar atendimento às políticas de desenvolvimento e às de ciência, tecnologia e inovação. Até hoje, o Brasil patina na questão da inovação porque comete um erro ao pensar que ela pode ser feita só com a contribuição de mestres e doutores, deixando os técnicos de fora (GALEMBECK; ALMEIDA, 2005). Grave erro.

A Tabela 3 mostra os dados, conforme a sinopse do Inep, para 2012, relativos às matrículas da educação profissional, ressaltando os do ensino médio integrado à educação profissional, por sistema de ensino. O objetivo é comparar as previsões de 2008 com 2012.

Tabela 3 – Matrículas da educação profissional – 2012

	Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio	Educação Profissional
Federal	104.957	105.828
Estadual	158.369	330.174
Municipal	10.105	20.317
Privada	25.114	607.336
Total	298.545	1.063.655

Fonte: Inep (2012).

Em 2008, foi instalado pelo governo um grupo interministerial, da Secretaria de Assuntos Estratégicos e do MEC, com o objetivo de estabelecer uma política de médio e longo prazo para o ensino médio no Brasil, por meio:

- » de uma reestruturação do modelo pedagógico desta etapa da educação básica que colabore na superação do dualismo entre o ensino médio pro-pedêutico e profissional.
- » da expansão da oferta de matrículas da rede de **escolas médias federais** para um patamar entre 10% das matrículas totais desta etapa da educação básica. (BRASIL, 2008).

Esse número, para 2010, seria de “um milhão de matrículas públicas do ensino médio (aproximadamente 10% das matrículas do Brasil) com currículo reestruturado no novo modelo pedagógico, com padrão de qualidade e articuladas na rede nacional de escolas públicas de ensino médio.” (BRASIL, 2008).

Mesmo dois anos depois da previsão, os dados da Tabela 3 mostram que nesse período deixaram de ser oferecidas quase 700.000 vagas de um novo modelo pedagógico de ensino médio integrado. O novo modelo está descrito no documento do grupo interministerial, de julho de 2008, e foi anunciado pelos dois ministros, ressaltando a importância estratégica do ensino médio para a educação básica.

Esses dados de matrícula são ainda agravados pela alta evasão constatada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que identificou como principal fator o déficit de professores e técnicos de laboratório (TCU, 2013) que põe em risco a qualidade dos serviços nos institutos federais.

Esse novo modelo está baseado nas diretrizes curriculares nacionais do ensino médio e nas da educação profissional. Precisaria ser atualizado e implementado como política pública e não mais como experiência pontual ou piloto.

O que chama a atenção é que, apesar da grande expansão da educação profissional, mediante a criação dos institutos federais de educação tecnológica e a abertura de inúmeros campi no interior dos estados, a expansão das matrículas ficou praticamente por conta da iniciativa privada e, em especial pelo Sistema S, muito embora o financiamento seja público. A política pública de expansão deveria privilegiar a educação pública.

Ainda no caso do Pronatec, deve-se pensar em investir os recursos destinados a cursos de curta duração para aplicação em cursos técnicos de nível médio integrados ao ensino médio, bem como nas alternativas concomitante e subsequente.

Conclusões

Verifica-se uma falta de integração entre as políticas das várias secretarias do MEC, especialmente nas políticas de educação de jovens e adultos, educação profissional e ensino médio.

Constata-se a falta de indicadores que contribuam para uma avaliação do ensino médio, que considera todas as dimensões previstas na LDB para essa etapa de ensino médio.

É necessária uma reestruturação do ensino médio noturno que ajude o jovem a ter uma visão menos catastrófica sobre a situação em que ele se encontra hoje.

A Capes precisa desenvolver uma base do que seja educação continuada para orientar as escolas e os professores da educação básica.

O foco na política de educação profissional está na oferta de cursos de curta duração, quando, na realidade, o foco deveria ser nos cursos técnicos de nível médio e, prioritariamente, no ensino integrado à educação profissional.

Já existe um modelo de ensino médio ancorado nas diretrizes curriculares do ensino médio e educação profissional, que tiveram sua continuidade comprometida pela dubiedade da política federal para a educação profissional de nível técnico.

Referências

BRASIL. **Reestruturação e expansão do ensino médio no Brasil**. Brasília, DF: SAE, 2008.

_____. Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 abr. 2013.

CARDOSO, Clarice. Um Pronatec a curto prazo. **Carta Capital**, 3 jun. 2013. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/educacao/um-pronatec-a-curto-prazo>>. Acesso em: 21 maio 2013.

GALEMBECK, Fernando; ALMEIDA, Wanda. Propriedade intelectual. **Parcerias Estratégicas**, n. 20, p. 1000-1022, jun. 2005.

GAUDÊNCIO, Frigotto. Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio. In: GAUDÊNCIO, Frigotto; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Orgs.). **Ensino médio integrado**: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep). **Resumo técnico**. Censo da educação superior de 2011. Brasília, DF: Inep, 2011. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2011.pdf>. Acesso em: 21 maio 2013.

_____. **Sinopse estatística da educação básica – 2012**. Brasília, DF: Inep, 2012. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basicas-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 21 maio 2013.

LIMA, Antonio Almerico B. Avanços conceituais, institucionais e metodológicos nas políticas públicas de qualificação. In: **Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica**, 1., Brasília, DF. **Anais...** Brasília, DF: SETEC/MEC, 2007.

RUIZ, Antonio L. Ensino médio, educação profissional: outros caminhos para a mudança. **Retratos da Escola**, v. 4, n. 7, p. 341-352, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>. Acesso em: 21 maio 2013.

SOUSA, Sandra Zákia. Ensino médio: perspectivas de avaliação. **Retratos da Escola**, v. 4, n. 7, p. 353-365, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>. Acesso em: 21 maio 2013.

SOUSA, Sandra Zákia; OLIVEIRA, Romualdo Luiz P.; LOPES, Valéria Virgínia. **Ensino médio noturno: democratização e diversidade**. Brasília, DF: SEB/MEC, 2006.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU). **Relatório de auditoria – TC 026.062/2011-9**. Brasília, DF: TCU, 2013.

Recebido em julho de 2013 e aprovado em julho de 2013

Assessment of secondary education *Trends and challenges*

ABSTRACT: This article discusses higher education enrollment as an introduction to an analysis of policies on secondary and vocational education. Policies for vocational education show that the government prioritizes short vocational qualification courses.

Keywords: Secondary school. Vocational education. Integrated secondary education. Valorization of teachers. Assessment.

Evaluation de l'enseignement secondaire *Tendances et défis*

RÉSUMÉ: cet article analyse les inscriptions dans l'enseignement supérieur comme introduction à une analyse de la politique de l'enseignement secondaire et de la formation professionnelle technique. La politique de formation professionnelle technique montre que le gouvernement se concentre prioritairement sur les cours de formation professionnelle de courte durée.

Mots-clés: Enseignement secondaire. Formation professionnelle. Enseignement secondaire intégré. Valorisation des professeurs. Evaluation.

Evaluación de la enseñanza media *Tendencias y retos*

RESUMEN: El artículo analiza las matrículas de la educación superior como introducción a un análisis de la política de enseñanza media y de educación profesional de nivel técnico. La política de educación profesional de nivel técnico muestra que el gobierno enfoca prioritariamente los cursos de cualificación profesional de corta duración.

Palabras clave: Enseñanza media. Educación profesional. Enseñanza media integrada. Valorización de los profesores. Evaluación.